



MUNICÍPIO DE SABROSA

Aviso (extrato) n.º 7310/2020

Sumário: Procedimento concursal comum tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional de motorista de pesados de transporte escolar por tempo indeterminado.

Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional de motorista pesados de transporte escolar, referência AO_MPTE.

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 junho, na sua redação atual conjugado com o artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 abril, torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal de 26 de setembro de 2019 e meu despacho datado de 10 de fevereiro de 2020, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum para a constituição da relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Município de Sabrosa, para a carreira e categoria de Assistente Operacional na área de motorista de pesados de transporte escolar.

1 — Local de trabalho

Na área do Município de Sabrosa.

2 — Caracterização dos postos de trabalho em função da atribuição, competência ou atividade:

As características constantes do anexo à LGTFP referido na alínea c), do n.º 1 do artigo 88.º, conjugado com a alínea a), do n.º 1, do artigo 86.º, competindo-lhe de acordo com o mapa de pessoal deste Município:

Referência AO-MPTE — Conduz autocarros para transporte de passageiros, tendo em atenção a comodidade e segurança das pessoas; assegura-se que todos os passageiros que transporta estão credenciados para o efeito; por vezes colabora na carga e descarga de bagagens; no final de cada dia procede à arrumação da viatura em local destinado para esse efeito; recebe diariamente, no serviço de transportes, o serviço para o dia seguinte, que, para além da rotina habitual, pode, em função das necessidades pontuais surgidas, compreender deslocações ou qualquer outro tipo de tarefas não previstas no programa diário regular; assegura o bom estado de funcionamento do veículo, procedendo à sua limpeza e zelando pela sua manutenção e lubrificação; abastece a viatura de combustível possuindo para o efeito cartão/código; tomando, em caso de avarias maiores ou acidentes, as providências necessárias com vista à regularização dessas situações; acompanha junto da oficina os trabalhos de reparação a efetuar; preenche e entrega diariamente no serviço de transportes o boletim diário da viatura, no âmbito das atribuições e competências do Município;

3 — Nível habilitacional exigido:

Para a referência AO-MPTE a escolaridade obrigatória é de acordo com a data de nascimento do candidato. Não é possível substituir o nível habilitacional exigido por formação ou experiência profissional.

4 — Publicação:

Nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, o presente aviso será publicado na Bolsa de Emprego Público, acessível em www.bep.gov.pt, e na página eletrónica do Município de Sabrosa, www.sabrosa.pt.

21 de fevereiro de 2020. — O Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, *Domingos Manuel Alves Carvas*.

313181432

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202005/0006

Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum

Estado: Activa

Nível Orgânico: Câmaras Municipais

Orgão / Serviço: Câmara Municipal de Sabrosa

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Assistente Operacional

Categoria: Assistente Operacional

Grau de Complexidade: 1

Remuneração: Obedecer-se-á ao disposto do artigo 38.º da LGTFP.

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

As características constantes do anexo à LGTFP referido na alínea c), do n.º1 do artigo 88.º, conjugado com a alínea a), do n.º1, do artigo 86.º, competindo-lhe de acordo com o mapa de pessoal deste Município: conduzir autocarros para transporte de passageiros, tendo em atenção a comodidade e segurança das pessoas; assegura-se que todos os passageiros que transporta estão credenciados para o efeito; colabora na carga e descarga de bagagens; no final de cada dia procede à arrumação da viatura em local destinado para esse efeito; recebe diariamente, no serviço de transportes, o serviço para o dia seguinte, que, para além da rotina habitual, pode, em função das necessidades pontuais surgidas, compreender deslocações ou qualquer outro tipo de tarefas não previstas no programa diário regular; assegura o bom estado de funcionamento do veículo, procedendo à sua limpeza e zelando pela sua manutenção e lubrificação; abastece a viatura de combustível possuindo para o efeito cartão/código; tomando, em caso de avarias maiores ou acidentes, as providências necessárias com vista à regularização dessas situações; acompanha junto da oficina os trabalhos de reparação a efetuar; preenche e entrega diariamente no serviço de transportes o boletim diário da viatura, no âmbito das atribuições e competências do Município;

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva

Nomeação transitória, por tempo determinável

Nomeação transitória, por tempo determinado

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo resolutivo certo

CTFP a termo resolutivo incerto

Sem Relação Jurídica de Emprego Público

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Câmara Municipal de Sabrosa

Artigo 30.º da LTFP:

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: 12º ano (ensino secundário)

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Sabrosa	1	Rua do Loreto		5060328 SABROSA	Vila Real	Sabrosa

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações
Formação Profissional

Outros Requisitos: condução categoria C e D; Cartão de Tacógrafo válido; (CAM)/CQM válido; TCC válido (transporte coletivo de crianças); RIC (Certidão de Registo de Infrações do Condutor).

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: recursoshumanos@cm-sabrosa.pt

Contacto: 259937120

Data Publicação: 2020-05-04

Data Limite: 2020-05-18

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: DRE N.º86 AVISO N.º7310/2020

Texto Publicado em Jornal Oficial: AVISO Procedimento concursal comum para a constituição da relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, previstos e não ocupado no mapa de pessoal do Município de Sabrosa para a carreira e categoria de Assistente Operacional na área de motorista de pesados de transporte escolar (referência AO_MPTE). Ao abrigo do disposto no n.º1, do artigo 11.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril, e conforme o preceituado nos artigos 30.º e 33.º da Lei n.º35/2014, de 20 de junho, vulgo Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), e por despacho de 10 fevereiro de 2020, exarado pelo Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, sob proposta aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 26 de setembro de 2019, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação, por extrato, do presente aviso no Diário da República, este procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o preenchimento do seguinte posto de trabalho, previsto e não ocupado no mapa de pessoal no Município de Sabrosa. Assim: Referência AO-MPTE – 1 (Um) posto de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional, para motorista de pesados de transportes escolares, para o desempenho de funções nos serviços da Unidade Orgânica Flexível de Obras, Serviços e Ordenamento do Território. 1. Para feitos do âmbito do artigo 4.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril, dá-se cumprimento ao disposto no artigo 30.º da LGTFP; 2. Caracterização do posto de trabalho: As características constantes do anexo à LGTFP referido na alínea c), do n.º1 do artigo 88.º, conjugado com a alínea a), do n.º1, do artigo 86.º, competindo-lhe de acordo com o mapa de pessoal deste Município: conduz autocarros para transporte de passageiros, tendo em atenção a comodidade e segurança das pessoas; assegura-se que todos os passageiros que transporta estão credenciados para o efeito; colabora na carga e descarga de bagagens; no final de cada dia procede à arrumação da viatura em local destinado para esse efeito; recebe diariamente, no serviço de transportes, o serviço para o dia seguinte, que, para além da

rotina habitual, pode, em função das necessidades pontuais surgidas, compreender deslocações ou qualquer outro tipo de tarefas não previstas no programa diário regular; assegura o bom estado de funcionamento do veículo, procedendo à sua limpeza e zelando pela sua manutenção e lubrificação; abastece a viatura de combustível possuindo para o efeito cartão/código; tomando, em caso de avarias maiores ou acidentes, as providências necessárias com vista à regularização dessas situações; acompanha junto da oficina os trabalhos de reparação a efetuar; preenche e entrega diariamente no serviço de transportes o boletim diário da viatura, no âmbito das atribuições e competências do Município; 3. Nível habilitacional exigido: A escolaridade obrigatória é de acordo com a data de nascimento do candidato. Não é possível substituir o nível habilitacional exigido por formação ou experiência profissional. 4. Prazo de validade: Os procedimentos são válidos para preenchimento dos postos de trabalho a ocupar. Se em resultado do procedimento concursal, as listas unitárias de ordenação final, devidamente homologadas, contiverem um número de candidatos aprovado superior, será constituída uma reserva de recrutamento interna de acordo com o disposto no artigo 41.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril. 5. Requisitos de admissão: Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontram integrados em carreira, e sejam titulares de categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho no mapa de pessoal do Município de Sabrosa, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicitam os procedimentos. Em conformidade com as preferências legais, apenas serão celebrados contratos sem vínculo jurídico em emprego público caso não existam candidatos aprovados com vínculo jurídico de emprego público por tempo indeterminado ou determinado/determinável. Os requisitos gerais estão previstos no artigo 17.º da LGTFP, a saber: a. Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; b. 18 anos de idade completos; c. Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d. Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e. Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. Como requisitos específicos de admissão, é obrigatório ser possuidor da carta de condução categoria C e D; Cartão de Tacógrafo válido; (CAM)/CQM válido; TCC válido (transporte coletivo de crianças); RIC (Certidão de Registo de Infrações do Condutor). 6. Forma e prazo de apresentação das candidaturas: 6.1 Prazo: 10 (dez) dias úteis a contar do dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso no Diário da República, nos termos do disposto no artigo 18.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril. 6.2 Formalização das candidaturas: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível na internet, na página eletrónica desta autarquia em www.sabrosa.pt e entregues preferencialmente em suporte eletrónico. Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados de comprovativo de cópia do certificado de habilitação literária, do BI/CC, do cartão de identificação fiscal e do curriculum vitae atualizado, detalhado, datado e assinado pelo requerente, do qual conste a identificação pessoal, habilitações literárias, experiência profissional e quaisquer circunstâncias que possam influir na apreciação do seu mérito ou constituir motivo de preferência legal, as quais, todavia, só serão tidas em consideração pelo júri do procedimento concursal se devidamente comprovadas, nomeadamente através de comprovativos da frequência das ações de formação e da experiência profissional, da carta de condução e de todas as certificações específicas exigidas. Deverá ser apresentado, ainda pelos candidatos com vínculo: declaração emitida pelo serviço a que o candidato pertence, devidamente atualizada, da qual conste a modalidade da relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado de que é titular, a categoria, a posição remuneratória correspondente que auferia nessa data, o tempo de execução das atividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas; Declaração do conteúdo funcional emitida pelo serviço a quem o candidato se encontra afeto, devidamente atualizada, na qual conste a atividade que se encontra a exercer, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado; A avaliação de desempenho relativo aos 3 últimos biénios. 6.3 A falta de qualquer um dos requisitos de admissão constantes do ponto 6 do presente aviso constitui fundamento de exclusão dos candidatos, nos termos do disposto na alínea a), do ponto 8, do artigo 20.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril. 6.4 As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. 7. Métodos de seleção: Conforme o disposto no artigo 36.º da LGTFP, serão utilizados os métodos de seleção obrigatórios Prova de Conhecimentos (PC) e Avaliação Psicológica (AP). Para os candidatos que reúnam as condições previstas no n.º2, do artigo 36.º da LGTFP, serão aplicados os métodos de seleção Avaliação Curricular (AC) e Entrevista de Avaliação de Competências (EAC), salvo se os afastarem através de declaração escrita,

aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos para os restantes candidatos, conforme o disposto no n.º3, do artigo 36.º da LGTFP. Para ambos os casos será aplicado, adicionalmente, o método de seleção Entrevista Profissional de Seleção (EPS). 7.1 A classificação e ordenação final dos candidatos que completem o procedimento resultarão da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos métodos de seleção, a qual será expressa numa escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, considerando-se a valoração até as centésimas de acordo com a(s) seguinte(s) fórmula(s): $OF = 45\%PC + 25\%AP + 30\%EPS$ ou $OF = 45\%AC + 25\%EAC + 30\%EPS$ OF= Ordenação Final; PC= Prova de Conhecimentos; AP= Avaliação Psicológica; AC= Avaliação Curricular; EAC= Entrevista de Avaliação de Competências. EPS= Entrevista Profissional de Seleção 7.2 A Prova de Conhecimentos (PC), visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessários ao exercício da função. Será de realização individual de caráter oral e de simulação. Terá a duração de aproximadamente 30 (trinta) minutos e consistirá na realização de tarefas no âmbito das funções a desempenhar, nomeadamente de veículo pesado de transporte de passageiros, no caso transporte de crianças, abordagem de conhecimentos na área de Higiene e Segurança no Trabalho, e no que concerne às técnicas, materiais e equipamentos a utilizar nas tarefas inerentes ao respetivo posto de trabalho. As funções a desempenhar enquadram-se no âmbito das competências e serviços de máquinas e viaturas municipais. A avaliação da prova de conhecimentos será expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valorização até às centésimas; 8. A Entrevista de Avaliação de Conhecimentos (EAC) visa obter através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Deve permitir uma análise estruturada da experiência e motivações profissionais, através de descrições comportamentais ocorridas em situações reais e vivenciadas. Decorre de acordo com um guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido, que deve estar associado a uma grelha de avaliação individual que traduza a presença ou ausência dos comportamentos em análise. A avaliação é expressa de acordo com os níveis de elevado, bom, suficiente, reduzido e insuficiente, aos quais correspondem respetivamente as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. 9. A Avaliação Psicológica (AP) visa avaliar através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos, e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. Por cada candidato submetido à Avaliação Psicológica é elaborada uma ficha individual, contendo a indicação das aptidões e ou competências avaliadas, nível atingido em cada uma delas e a fundamentação do resultado final obtido. A Avaliação Psicológica é valorada em cada fase intermédia através das menções classificativas de apto e não apto. Na última fase do método, para os candidatos que o tenham completado esta valoração será feita através dos níveis classificativos de elevado, bom, suficiente, reduzido e insuficiente, aos quais correspondem respetivamente as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. 10. A Entrevista Profissional de Seleção (EPS) Visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre os entrevistadores e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, em que os fatores de apreciação serão os seguintes: Interesse e motivação profissional; Sentido crítico; Capacidade de expressão e comunicação; Conhecimento da área para a qual concorre. A classificação da EPS é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem respetivamente as classificações de 20, 16, 12, 8 ou 4 valores. 11. A Avaliação Curricular (AC) Visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida, sendo expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações obtidas nos seguintes fatores de acordo com a seguinte fórmula: $AC = (15\%HA + 30\%FP + 30\%EP + 25\%AD)$, em que: • Habilitação Académica (HA) – 10 (dez) valores aos candidatos detentores da escolaridade igual à legalmente exigida para o desempenho das funções e 20 (vinte) valores aos candidatos detentores da escolaridade superior à legalmente exigida para o desempenho das funções; • Formação Profissional (FP) - serão ponderadas as ações de formação e aperfeiçoamento profissional desde que comprovadamente (através de cópia do certificado) relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício das funções a avaliar,

até ao limite de valoração máxima de 20 valores, atribuindo-se 1 valor por cada formação com um mínimo de 6 horas/dia, com um mínimo de 10 valores em caso de existência de pelo menos uma formação. • Experiência profissional (EP) - execução de atividades inerentes ao posto de trabalho a ocupar e o grau de complexidade das mesmas, desde que comprovadamente (através de cópia do certificado) relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício das funções a avaliar, atribuindo-se 1 valor por cada ano completo de experiência. • Avaliação de Desempenho (AD) - Relativa ao período não superior a 3 ciclos avaliativos em que o candidato cumpriu ou executou atribuição competência ou atividade idêntica à do posto de trabalho a ocupar e será ponderada, através da respetiva média, da seguinte forma: Notas entre: 1 a 2,9 - 8 (oito) valores 3 a 3,9 - 10 (dez) valores 4 a 4,4 - 15 (quinze) valores 4,5 a 5 - 20 (vinte) valores Será traduzida em menção quantitativa de acordo com a seguinte fórmula: $AD = (A+B+C)/3$, em que, A, B e C, correspondem, respetivamente, às avaliações de desempenho dos 3 últimos ciclos avaliativos. Para os candidatos que não possuam AD, relativo ao período a considerar será atribuído a nota de 10 (dez) valores. 12. Critérios de ordenação preferencial: de acordo com artigo 27.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril. Serão excluídos os candidatos que não compareçam a qualquer um dos métodos de seleção, bem como os que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores, num dos métodos de seleção, não lhes sendo aplicado o método de seleção seguinte. 13. A notificação dos candidatos admitidos/excluídos bem como a convocação para os métodos de seleção faz-se de acordo com o previsto nos artigos 10.º e 22.º a 24.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril. 14. Local de trabalho: Concelho de Sabrosa. 15. Composição do júri: Os membros designados são: Presidente do Júri: Jacinta da Conceição Pinto Vilela, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível Obras, Serviços e Ordenamento do Território; 1.º Vogal efetivo: Manuel João Areias Peixoto, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível Administrativa, Financeira e Patrimonial; 2.º Vogal efetivo: Manuel Fernando Sousa Botelho Moura, Coordenador Técnico da subunidade orgânica Armazéns, Oficinas e Equipamentos, da unidade orgânica de Obras, Serviços e Ordenamento do Território; 1.ª Vogal suplente: Maria Manuela Pontes Miguel Rocha, Chefe de Serviço da Unidade Orgânica Flexível Educação e Ação Escolar; 2.º Vogal suplente: Altino José Dos Santos Amarante, Técnico Superior da subunidade orgânica Obras Públicas Municipais, da unidade orgânica de Obras, Serviços e Ordenamento do Território; O primeiro vogal efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos. O júri do procedimento concursal será o mesmo para a avaliação dos trabalhadores, durante o período experimental. 16. A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Sabrosa e disponibilizada na sua página eletrónica. Os candidatos aprovados em cada método de seleção serão convocados para realização do método seguinte, através de uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril. 17. Serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas as atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e a respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção, a grelha classificativa e o sistema de valoração do método de seleção. 18. A lista unitária de ordenação final dos candidatos é afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Sabrosa, disponibilizada no site do Município, sendo ainda publicado um aviso na II Série no Diário da República, com informação sobre a sua publicação. 19. Posicionamento Remuneratório: obedecer-se-á ao disposto do artigo 38.º da LGTFP. 20. Quota de emprego: O número de lugares destinado a candidatos com deficiência será estipulado de acordo com o estabelecido no artigo n.º3 do Decreto-Lei n.º29/2001, de 3 de fevereiro, devendo declarar no requerimento, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, tipo de deficiência e ainda meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos deste diploma. 21. Nos termos do disposto n.º1, no artigo 11.º da Portaria 125-A/2019, 30 de abril, o presente aviso será publicitado na íntegra na Bolsa Emprego Público (www.bep.pt), por extrato no Diário da República, e a partir desta data na página eletrónica do Município de Sabrosa. 22. Em cumprimento da alínea h), do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. 23. De acordo com a solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014 "As Autarquias Locais não tem de consultar a Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), no âmbito do procedimento prévio de

recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação”, razão pela qual esta Autarquia não fez a referida consulta. Em relação à prévia consulta à EGRA, esta Câmara Municipal obteve a seguinte resposta em 20 janeiro 2020 “...para efeitos do disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, informamos V.ª Ex.ª do seguinte: não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento para a categoria de assistente operacional (áreas motorista de pesados de transportes escolares e ação educativa), declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado. Não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para a constituição de reservas de recrutamento para a categoria de assistente operacional na área de motorista pesado de transporte escolar declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com perfil adequado”. 24. Ao presente procedimentos concursal serão aplicadas as regras constantes nos seguintes diplomas: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril; Decreto-Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho; Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro. Sabrosa e Paços de Município, 21 de fevereiro de 2020 O Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa Domingos Manuel Alves Carvas

Observações
Alteração de Júri
Resultados
Questionário de Termina da Oferta
Admitidos
Masculinos:
Femininos:
Total:
Total SME:
Total Com Auxílio da BEP:
Recrutados
Masculinos:
Femininos:
Total:
Total Portadores Deficiência:
Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

AVISO

Procedimento concursal comum para a constituição da relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, previstos e não ocupado no mapa de pessoal do Município de Sabrosa para a carreira e categoria de Assistente Operacional na área de motorista de pesados de transporte escolar (referência AO_MPTE).

Ao abrigo do disposto no n.º1, do artigo 11.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril, e conforme o preceituado nos artigos 30.º e 33.º da Lei n.º35/2014, de 20 de junho, vulgo Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), e por despacho de 10 fevereiro de 2020, exarado pelo Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, sob proposta aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 26 de setembro de 2019, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação, por extrato, do presente aviso no Diário da República, este procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o preenchimento do seguinte posto de trabalho, previsto e não ocupado no mapa de pessoal no Município de Sabrosa. Assim:

Referência AO-MPTE – 1 (Um) posto de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional, para motorista de pesados de transportes escolares, para o desempenho de funções nos serviços da Unidade Orgânica Flexível de Obras, Serviços e Ordenamento do Território.

1. Para feitos do âmbito do artigo 4.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril, dá-se cumprimento ao disposto no artigo 30.º da LGTFP;

2. Caracterização do posto de trabalho:

As características constantes do anexo à LGTFP referido na alínea c), do n.º1 do artigo 88.º, conjugado com a alínea a), do n.º1, do artigo 86.º, competindo-lhe de acordo com o mapa de pessoal deste Município: conduz autocarros para transporte de passageiros, tendo em atenção a comodidade e segurança das pessoas; assegura-se que todos os passageiros que transporta estão credenciados para o efeito; colabora na carga e descarga de bagagens; no final de cada dia procede à arrumação da viatura em local destinado para esse efeito; recebe diariamente, no serviço de transportes, o serviço para o dia seguinte, que, para além da rotina habitual, pode, em função das necessidades pontuais surgidas, compreender deslocações ou qualquer outro tipo de tarefas não previstas no programa diário regular; assegura o bom estado de funcionamento do veículo, procedendo à sua limpeza e zelando pela sua manutenção e lubrificação; abastece a viatura de combustível possuindo para o efeito cartão/código; tomando, em caso de avarias maiores ou acidentes, as providências necessárias com vista à regularização dessas situações; acompanha junto da oficina os trabalhos de reparação a efetuar; preenche e entrega diariamente no serviço de transportes o boletim diário da viatura, no âmbito das atribuições e competências do Município;

3. Nível habilitacional exigido:

A escolaridade obrigatória é de acordo com a data de nascimento do candidato. Não é possível substituir o nível habilitacional exigido por formação ou experiência profissional.

4. Prazo de validade:

Os procedimentos são válidos para preenchimento dos postos de trabalho a ocupar. Se em resultado do procedimento concursal, as listas unitárias de ordenação final, devidamente homologadas, contiverem um

número de candidatos aprovado superior, será constituída uma reserva de recrutamento interna de acordo com o disposto no artigo 41.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril.

5. Requisitos de admissão:

Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontram integrados em carreira, e sejam titulares de categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho no mapa de pessoal do Município de Sabrosa, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicitam os procedimentos. Em conformidade com as preferências legais, apenas serão celebrados contratos sem vínculo jurídico em emprego público caso não existam candidatos aprovados com vínculo jurídico de emprego público por tempo indeterminado ou determinado/determinável.

Os requisitos gerais estão previstos no artigo 17.º da LGTFP, a saber:

- a. Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- b. 18 anos de idade completos;
- c. Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d. Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e. Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Como requisitos específicos de admissão, é obrigatório ser possuidor da carta de condução categoria C e D; Cartão de Tacógrafo válido; (CAM)/CQM válido; TCC válido (transporte coletivo de crianças); RIC (Certidão de Registo de Infrações do Condutor).

6. Forma e prazo de apresentação das candidaturas:

6.1 Prazo: 10 (dez) dias úteis a contar do dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso no Diário da República, nos termos do disposto no artigo 18.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril.

6.2 Formalização das candidaturas: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível na internet, na página eletrónica desta autarquia em www.sabrosa.pt e entregues preferencialmente em suporte eletrónico. Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados de comprovativo de cópia do certificado de habilitação literária, do BI/CC, do cartão de identificação fiscal e do curriculum vitae atualizado, detalhado, datado e assinado pelo requerente, do qual conste a identificação pessoal, habilitações literárias, experiência profissional e quaisquer circunstâncias que possam influir na apreciação do seu mérito ou constituir motivo de preferência legal, as quais, todavia, só serão tidas em consideração pelo júri do procedimento concursal se devidamente comprovadas, nomeadamente através de comprovativos da frequência das ações de formação e da experiência profissional, da carta de condução e de todas as certificações específicas exigidas.

Deverá ser apresentado, ainda pelos candidatos com vínculo: declaração emitida pelo serviço a que o candidato pertence, devidamente atualizada, da qual conste a modalidade da relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado de que é titular, a categoria, a posição remuneratória correspondente que auferir nessa data, o tempo de execução das atividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas; Declaração do conteúdo funcional emitida pelo serviço a quem o candidato se encontra afeto, devidamente atualizada, na qual conste a atividade que se encontra a exercer, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado; A avaliação de desempenho relativo aos 3 últimos biénios.

6.3 A falta de qualquer um dos requisitos de admissão constantes do ponto 6 do presente aviso constitui fundamento de exclusão dos candidatos, nos termos do disposto na alínea a), do ponto 8, do artigo 20.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril.

6.4 As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

7. Métodos de seleção:

Conforme o disposto no artigo 36.º da LGTFP, serão utilizados os métodos de seleção obrigatórios Prova de Conhecimentos (PC) e Avaliação Psicológica (AP). Para os candidatos que reúnam as condições previstas no n.º2, do artigo 36.º da LGTFP, serão aplicados os métodos de seleção Avaliação Curricular (AC) e Entrevista de Avaliação de Competências (EAC), salvo se os afastarem através de declaração escrita, aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos para os restantes candidatos, conforme o disposto no n.º3, do artigo 36.º da LGTFP. Para ambos os casos será aplicado, adicionalmente, o método de seleção Entrevista Profissional de Seleção (EPS).

7.1 A classificação e ordenação final dos candidatos que completem o procedimento resultarão da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos métodos de seleção, a qual será expressa numa escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, considerando-se a valoração até as centésimas de acordo com a(s) seguinte(s) formula(s):

$$OF = 45\%PC + 25\%AP + 30\%EPS \text{ ou } OF = 45\%AC + 25\%EAC + 30\%EPS$$

OF= Ordenação Final;

PC= Prova de Conhecimentos;

AP= Avaliação Psicológica;

AC= Avaliação Curricular;

EAC= Entrevista de Avaliação de Competências.

EPS= Entrevista Profissional de Seleção

7.2 A Prova de Conhecimentos (PC), visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessários ao exercício da função. Será de realização individual de carácter oral e de simulação. Terá a duração de aproximadamente 30 (trinta) minutos e consistirá na realização de tarefas no âmbito das funções a desempenhar, nomeadamente de veículo pesado de transporte de passageiros, no caso transporte de crianças, abordagem de conhecimentos na área de Higiene e Segurança no Trabalho, e no que concerne às técnicas, materiais e equipamentos a utilizar nas tarefas inerentes ao respetivo posto de trabalho. As funções a desempenhar enquadram-se no âmbito das competências e serviços de máquinas e viaturas municipais. A avaliação da prova de conhecimentos será expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valorização até às centésimas;

8. A Entrevista de Avaliação de Conhecimentos (EAC) visa obter através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Deve permitir uma análise estruturada da experiência e motivações profissionais, através de descrições comportamentais ocorridas em situações reais e vivenciadas. Decorre de acordo com um guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido, que deve estar associado a uma grelha de avaliação individual que traduza a presença ou ausência dos comportamentos em análise. A avaliação é expressa de acordo com os níveis de elevado, bom, suficiente, reduzido e insuficiente, aos quais correspondem respetivamente as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

9. A Avaliação Psicológica (AP) visa avaliar através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos, e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. Por cada candidato submetido à Avaliação Psicológica é elaborada uma ficha individual, contendo a indicação das aptidões e ou competências avaliadas, nível atingido em cada uma delas e a fundamentação do resultado final obtido. A Avaliação Psicológica é valorada em cada fase intermédia através das menções classificativas de apto e não apto. Na última fase do método, para os candidatos que o tenham completado esta valoração será feita através dos níveis classificativos de elevado, bom, suficiente, reduzido e insuficiente, aos quais correspondem respetivamente as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

10. A Entrevista Profissional de Seleção (EPS) Visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre os entrevistadores e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, em que os fatores de apreciação serão os seguintes: Interesse e motivação profissional; Sentido crítico; Capacidade de expressão e comunicação; Conhecimento da área para a qual concorre. A classificação da EPS é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem respetivamente as classificações de 20, 16, 12, 8 ou 4 valores.

11. A Avaliação Curricular (AC) Visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida, sendo expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações obtidas nos seguintes fatores de acordo com a seguinte fórmula:

$AC = (15\%HA + 30\%FP + 30\%EP + 25\%AD)$, em que:

- **Habilitação Académica (HA)** – 10 (dez) valores aos candidatos detentores da escolaridade igual à legalmente exigida para o desempenho das funções e 20 (vinte) valores aos candidatos detentores da escolaridade superior à legalmente exigida para o desempenho das funções;
- **Formação Profissional (FP)** - serão ponderadas as ações de formação e aperfeiçoamento profissional desde que comprovadamente (através de cópia do certificado) relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício das funções a avaliar, até ao limite de valoração máxima de 20 valores, atribuindo-se 1 valor por cada formação com um mínimo de 6 horas/dia, com um mínimo de 10 valores em caso de existência de pelo menos uma formação.
- **Experiência profissional (EP)** - execução de atividades inerentes ao posto de trabalho a ocupar e o grau de complexidade das mesmas, desde que comprovadamente (através de cópia do certificado) relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício das funções a avaliar, atribuindo-se 1 valor por cada ano completo de experiência.
- **Avaliação de Desempenho (AD)** - Relativa ao período não superior a 3 ciclos avaliativos em que o candidato cumpriu ou executou atribuição competência ou atividade idêntica à do posto de trabalho a ocupar e será ponderada, através da respetiva média, da seguinte forma:

Notas entre: 1 a 2,9 - 8 (oito) valores

3 a 3,9 - 10 (dez) valores

4 a 4,4 - 15 (quinze) valores

4,5 a 5 - 20 (vinte) valores

Será traduzida em menção quantitativa de acordo com a seguinte fórmula: $AD = (A+B+C)/3$, em que, A, B e C, correspondem, respetivamente, às avaliações de desempenho dos 3 últimos ciclos avaliativos.

Para os candidatos que não possuam AD, relativo ao período a considerar será atribuído a nota de 10 (dez) valores.

12. Critérios de ordenação preferencial: de acordo com artigo 27.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril. Serão excluídos os candidatos que não compareçam a qualquer um dos métodos de seleção, bem como os que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores, num dos métodos de seleção, não lhes sendo aplicado o método de seleção seguinte.

13. A notificação dos candidatos admitidos/excluídos bem como a convocação para os métodos de seleção faz-se de acordo com o previsto nos artigos 10.º e 22.º a 24.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril.

14. Local de trabalho: Concelho de Sabrosa.

15. Composição do júri: Os membros designados são:

Presidente do Júri: Jacinta da Conceição Pinto Vilela, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível Obras, Serviços e Ordenamento do Território;

1.º Vogal efetivo: Manuel João Areias Peixoto, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível Administrativa, Financeira e Patrimonial;

2.º Vogal efetivo: Manuel Fernando Sousa Botelho Moura, Coordenador Técnico da subunidade orgânica Armazéns, Oficinas e Equipamentos, da unidade orgânica de Obras, Serviços e Ordenamento do Território;

1.ª Vogal suplente: Maria Manuela Pontes Miguel Rocha, Chefe de Serviço da Unidade Orgânica Flexível Educação e Ação Escolar;

2.º Vogal suplente: Altino José Dos Santos Amarante, Técnico Superior da subunidade orgânica Obras Públicas Municipais, da unidade orgânica de Obras, Serviços e Ordenamento do Território;

O primeiro vogal efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos. O júri do procedimento concursal será o mesmo para a avaliação dos trabalhadores, durante o período experimental.

16. A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Sabrosa e disponibilizada na sua página eletrónica. Os candidatos aprovados em cada método de seleção serão convocados para realização do método seguinte, através de uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril.

17. Serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas as atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e a respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção, a grelha classificativa e o sistema de valoração do método de seleção.

18. A lista unitária de ordenação final dos candidatos é afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Sabrosa, disponibilizada no site do Município, sendo ainda publicado um aviso na II Série no Diário da República, com informação sobre a sua publicação.

19. Posicionamento Remuneratório: obedecer-se-á ao disposto do artigo 38.º da LGTFP.

20. Quota de emprego: O número de lugares destinado a candidatos com deficiência será estipulado de acordo com o estabelecido no artigo n.º3 do Decreto-Lei n.º29/2001, de 3 de fevereiro, devendo declarar no requerimento, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, tipo de deficiência e ainda meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos deste diploma.

21. Nos termos do disposto n.º1, no artigo 11.º da Portaria 125-A/2019, 30 de abril, o presente aviso será publicitado na íntegra na Bolsa Emprego Público (www.bep.pt), por extrato no Diário da República, e a partir desta data na página eletrónica do Município de Sabrosa.

22. Em cumprimento da alínea h), do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

23. De acordo com a solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014 "As Autarquias Locais não tem de consultar a Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação", razão pela qual esta Autarquia não fez a referida consulta.


Em relação à prévia consulta à EGRA, esta Câmara Municipal obteve a seguinte resposta em 20 janeiro 2020 "...para efeitos do disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º145-A/2011, de 6 de abril, informamos V.ª Ex.ª do seguinte: não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento para a categoria de assistente operacional (áreas motorista de pesados de transportes escolares e ação educativa), declara-se a inexistência,

em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado. Não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para a constituição de reservas de recrutamento para a categoria de assistente operacional na área de motorista pesado de transporte escolar declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com perfil adequado".

24. Ao presente procedimentos concursal serão aplicadas as regras constantes nos seguintes diplomas: Lei n.º35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril; Decreto-Regulamentar n.º14/2008, de 31 de julho; Decreto-Lei n.º29/2001, de 3 de fevereiro.

Sabrosa e Paços de Município, 21 de fevereiro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa


Domingos Manuel Alves Carvas